



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ALTAMIRA
FACULDADE DE ETNODIVERSIDADE
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**A QUALIDADE DO ENSINO NAS ESCOLAS DO CAMPO: O QUE REVELAM OS
ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS**

RAYANE DE AMORIM SILVA

RAYANE DE AMORIM SILVA

**A QUALIDADE DO ENSINO NAS ESCOLAS DO CAMPO: O QUE REVELAM OS
ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS**

Trabalho de conclusão de curso de apresentado ao Curso de Educação do Campo, da Faculdade de Etnodiversidade, da Universidade Federal do Pará Campus de Altamira, como requisito para obtenção do título de Graduação em Educação do Campo- Linguagens e Códigos. Orientado pela professora Me. Fabíola Aparecida F. Damacena.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

S586q Silva, Rayane de Amorim
A QUALIDADE DO ENSINO NAS ESCOLAS DO
CAMPO: O QUE REVELAM OS ESTÁGIOS
SUPERVISIONADOS / Rayane de Amorim Silva. — 2019.
19 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. MSc. Fabíola Aparecida Ferreira
Damasceno
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - , ,
Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Qualidade de ensino. Aprendizagem. Escolas do
campo. Estágio supervisionado.. I. Título.

CDD 400

Resumo

O presente artigo pretende discutir a qualidade do ensino nas escolas do campo, especificamente nas Escolas de Ensino Fundamental, nas quais foram realizados os estágios supervisionados I, II, III e IV durante o Curso de Educação do Campo com ênfase em Linguagens e Códigos. O objetivo deste trabalho é mostrar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem que ocorre nas escolas do campo. Para tanto recorreremos aos documentos do Estágio Supervisionado, neste caso, os relatórios de estágio, para ser analisado os elementos do processo que envolvem a qualidade do ensino, dados que evidenciam os problemas encontrados, fatos os quais podem ser melhorados, erros a serem erradicados.

Palavra-chave: Qualidade de ensino. Aprendizagem. Escolas do campo. Estágio supervisionado.

1. Introdução

O desenvolvimento deste trabalho, ocorreu na Escola Santa Rita de Cássia I e II localizada na comunidade Santa Rita de Cássia há qual faz parte do projeto de assentamento PA Moju I e II, que constitui assentamento federal de reforma agrária na modalidade de assentamento convencional. Ele foi criado em 18 de novembro de 1996, através da Portaria de Nº0087, a partir da desapropriação pelo Decreto Nº 68.443/71 de 29 de março de 1971(INCRA 2010).

O surgimento da comunidade Santa Rita de Cássia foi fruto de um movimento do MST que aconteceu em 1996, quando produtores ocuparam a área da Floresta Nacional do Tapajós (Fona do Tapajós) exigiram do INCRA um espaço definitivo para o assentamento de famílias. Algumas pessoas vieram até a área fazer o conhecimento do local e escolher o seu local de moradia, os mesmos fizeram as demarcações da área por conta própria. Segundo as informações dos entrevistados durante o processo de coletas de dados para os primeiros tempos comunidades no qual deu-se origem em um mini histórico da comunidade.

Em 1998 a partir dessa demarcação o setor do INCRA, fez o assentamento das pessoas que estavam nos lotes, algumas pessoas que estiveram junto e que participaram do MST e fizeram seu cadastro na época do movimento, obtiveram seu assentamento no ano de 1997 nas documentações, porém, alguns desses só foram residir definitivamente nos lotes muito tempo depois. Esses são os relatos do próprios moradores mais antigos da comunidade, que participaram de outros movimentos.

Após anos de luta para assentar os produtores na área com capacidade para 120 famílias, dando início à comunidade Santa Rita de Cássia, que recebeu esse nome pelo fato da primeira presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Santa Rita de Cássia (APROSARC), fundada em 1999, ser devota da santa, Santa Rita de Cássia, na qual fez uma promessa para que sua neta “Ritinha” ficasse boa e assim batizou o local com o nome da Santa pelas graças alcançadas.

Durante esse tempo de fundação da comunidade houve muitos avanços por parte dos moradores, que necessitavam de infraestrutura para melhoria do local, foi então que em 29/10/2000 iniciou-se a construção do Barracão comunitário da comunidade, que foi dado por concluído em 2001 mais que na verdade não foi concluído como o combinado. O mesmo funciona de 2014 até os dias atuais de 2019 como escola de ensino fundamental I e II.

Devido a comunidade ficar com uma expansão muito grande de território e os conciliamentos devido a distância já não ser possível com frequência houve em 2004 a divisão da comunidade Santa Rita de Cássia para a fundação da comunidade Oliveira Sena representada pela associação AMANCOS.

Ainda em 2004 devido as lutas frequentes por uma escola e preocupações com os filhos dos agricultores que estavam sem estudar, começou a funcionar no barracão comunitário, a Escola pelo nome de Santa Rita de Cássia II, que teve como primeira professora a senhora Mara, contratada pelo município de Santarém, e que nos dias atuais passou a ser emancipado como município de Placas e que trabalham atualmente 05 professores.

Comunidade recebeu em 2007 a implantação de uma oficina para a produção de móveis a partir de madeiras reaproveitadas, na qual era necessário essa parceria com o IPAM e o apoio de um projeto com recurso do CNPq, pelo fato de conter muitos desperdício de madeira devido as grandes empresas que vieram fazer projetos de manejo florestal ilegais.

Ainda em 17/03/2007 foi marcada a data para a inauguração das micro-usinas hidrelétricas de energia uma na comunidade de Santa Rita de Cássia no igarapé de fortaleza e a outra na comunidade de Sombra Santa, pois as comunidades estavam se desenvolvendo tanto em questão de território quanto em produção e desde o início as luzes que se viam na região era velas, lamparinas, lampiões e com o apoio da população juntamente com os órgãos competentes foi possível trazer aos moradores energia elétrica.

No início da comunidade eram somente 35 famílias, atualmente são cerca de 70, de acordo com o levantamento feito em 2016. Nos dias atuais as melhorias do início até o presente momento são visíveis e satisfatória para os moradores mais antigos existentes nas comunidades.

Com o desenvolvimento que a comunidade teve do início até os dias atuais e ainda não possui um prédio escolar próprio e adequado para atender os alunos, as aulas da escola Santa Rita de Cássia II, continuam sendo ministradas nos barracões comunitários desde 2004 até hoje, com muito esforço da comunidade, no entanto foi realizado este trabalho, para mostrar a qualidade do ensino nas escolas do campo, por meio das pesquisas de campo realizadas durante os tempos comunidade e estágios supervisionados.

O curso de Educação do Campo, a partir da metodologia da pedagogia da alternância, oportunizou os alunos a trazerem suas experiências e saberes de suas práticas sociais desenvolvidas nas comunidades tradicionais, para uma relação de diálogos com a universidade com o saber científico e a partir desse diálogo e dessa

experiência de troca, foi possível perceber a partir da experiência do estágio docente a necessidade de investigar cuidadosamente a compreensão do processo de ensino e qualidade nas escolas do campo.

A partir desses estágios docentes que percebi a necessidade de compreender melhor como se dá o processo educacional das crianças do campo a partir das pesquisas realizadas e experiências vivenciadas nos estágios de observação e regência nas escolas.

As mesmas foram realizadas nas escolas do campo no interior do Município de Placas-PA a quase 200 km da sede do Município, na comunidade Santa Rita de Cássia, KM 140 a 35 Km da Rodovia Santarém-Cuiabá BR 163, nas Escolas Santa Rita de Cássia I e II.

Os problemas encontrados nestas como falta de conhecimento dos conteúdos ministrados, leitura e escrita de uma precariedade assustadora para o nível de escolaridade, conhecimentos da realidade estudada quase nível zero, conteúdos inadequados com a realidade vivenciada, falta de compromisso de ambas as partes, esses são apenas alguns dos fatores que comprometem a qualidade do ensino dos educandos na escola.

Se os pais frequentam o ambiente escolar e conhecessem os problemas educacionais dos alunos, e se mobilizassem para que os poderes intervissem para o melhoramento, ajudaria conserteza. Pois os filhos destes são as categoria mais afetadas do país, devido esses e outros demais problemas.

A relevância social, pessoal e acadêmica deste trabalho é apresentar com ênfase nas pesquisas de campo e estágios de observação e docência, os problemas que evidenciam diretamente na qualidade educacional do ensino no campo, na qual é de muita importância mostrar os dados coletados durante todo esse tempo de formação acadêmica, para que possa se buscar melhorias educacionais no campo.

A finalidade do primeiro Tempo Comunidade (TC) é iniciar um processo de diagnóstico acerca da educação do campo do território Transamazônica e Xingu, para tanto faz-se necessário caracterizar os modos de vida das populações e comunidades às quais estas escolas pertencem. Assim, neste primeiro tempo comunidade o diagnóstico se centrará nas formas de produzir das famílias do campo, nas relações que estabelecem com a terra, com a floresta e com os rios; as estratégias de reprodução envolvendo a mão de obra familiar; os saberes e práticas para garantia da saúde; as formas de ensino e aprendizado não escolares, dentre outros aspectos (1º Guia de TC/UFGA de 2015).

2 Materiais e Métodos

O estudo desse trabalho se trata de uma situação específica, conhecer de forma mais profunda o que realmente acontece nas escolas do campo, como se dá a qualidade do ensino nas escolas.

Este foi realizado para investigar e mostrar como é a forma de ensino, o que realmente ensinam, o que os alunos aprendem, o que deveria aprender, se os conteúdos são adequados aos meios de vida deles, se os alunos estão sendo motivados a aprenderem os conteúdos, a serem participativos em sala de aula.

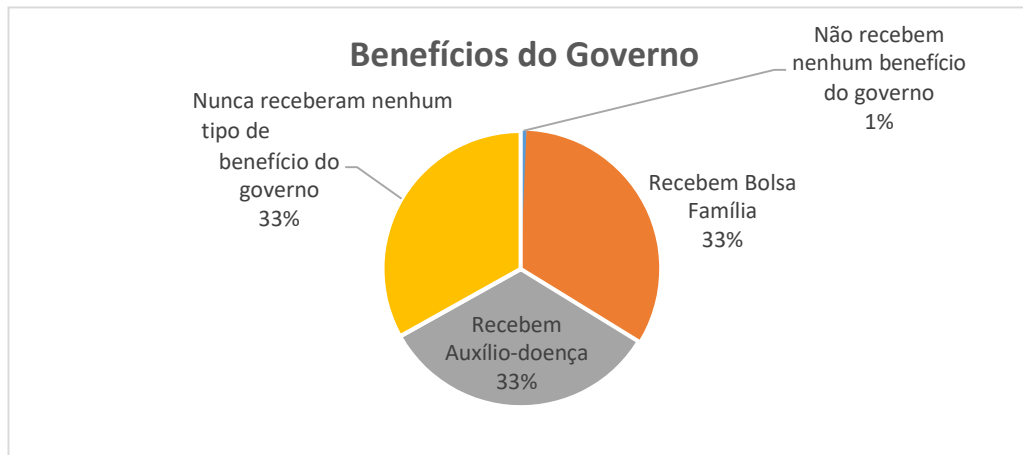
Desde o início do curso de graduação em educação do campo, foi trabalhado os tempos comunidades através de guias elaborados pela universidade, o primeiro foi *o guia de campo para a realização do 1º tempo comunidade*. No qual foi elaborado pela academia um questionário que objetivava entrevistar pessoas da comunidade para coletar e conhecer os dados socioeconômicos e culturais da comunidade e outras mais informações.

Baseados na primeira pesquisa de campo e nos resultados dos dados socioeconômicos realizado na comunidade. Com relação à identificação racial a maioria se considera parda uns porque acreditam na hereditariedade, outros, porém por se sentirem do jeito que queriam ser. A situação socioeconômica das famílias, refere-se a uma renda familiar estimada em maior e menor renda chega a ser de R\$ 400,00 a R\$ 2.000,00.

Aonde apenas 1% trabalha de forma remunerada e 99% tem a base da renda focada na produção de alguns produtos para consumo e venda, tais como: mandioca, milho, arroz, macaxeira, pimenta-do-reino, além da criação de animais típicos da região como: galinha, carneiro, porco, bois, vacas e ovelhas, do total de entrevistados.

A base da alimentação das famílias é variada, porém segue focada nos principais produtos como: arroz, feijão, farinha, verduras e carne, as espécies de animais mais criados para consumo e comercialização são porcos, carneiros, galinhas e gado algumas famílias têm pouca participação relacionada ao lazer e as que mais se destacam estão ligados ao futebol e festas nas comunidades em geral, como, campeonatos, aniversários, festa juninas, torneio, festividades folclóricas, dia das crianças, natal e ano novo.

Sobre os **benefícios do governo** observe os dados coletados durante a realização da pesquisa de tempo comunidade, como mostra no gráfico a seguir:



Do total destes entrevistados durante o primeiro tempo comunidade, 49,5% foram contemplados pelo projeto de habitação rural e 1% foi contemplado com o projeto água é vida, que foi cavação de poços artesianos, do mesmo total, 1% não participa de Associações, Sindicatos ou atividades comunitárias, 1% é membro da diretoria da Associação e 99% como sócio da Associação da comunidade.

3 Resultados e Discussões

Com bases nos dados apresentados durante todo processo deste trabalho, desenvolvemos a percepção que a qualidade do ensino nas escolas do campo revelados durante os estágios supervisionados é de muita precariedade e que só terá um retorno favorável para toda a população, quando as unidades federativas resolverem tirar as leis do papel e começar a executar com rigor as políticas públicas dentro das escolas, pois notamos que não há políticas públicas executadas nas escolas. Isso causa um ensino com baixa qualidade educacional nas escolas, pois a função das políticas públicas é além de garantir educação para todos, avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do país. Campos (2012), ao refletir sobre os desafios da escola, afirma que

[...] nas últimas décadas, houve no Brasil um significativo avanço na universalização do acesso da criança e da escola e de sua permanência nela; porém, de maneira geral, a qualidade da educação é considerada insatisfatória e precária. As desigualdades sociais e regionais têm um peso decisivo na qualidade dos serviços educacionais do país, os quais só serão aprimorados quando se tornarem de fato, uma prioridade dos governos e da sociedade. Para sanar alguns dos problemas mais urgentes do sistema de ensino, é preciso melhorar a formação e elevar remuneração dos profissionais da educação, valorizando-os e também destinar maiores investimentos em políticas educacionais e fiscalizar os recursos públicos a ela destinados.

Observando o sistema de produção social camponesa o ponto de vista de três chefes de família, é que seus filhos permaneçam na agricultura, inclusive, na comunidade para que continuem juntos da família, outros, porém desejam que os filhos estudem para conseguir uma boa formação e uma profissão visando dias melhores. Antes da escola, não havia professor, as crianças aprendiam na família com as pessoas da casa, os meninos aprendiam com os pais as atividades da roça, como: roçar, plantar e colher as meninas com a mãe as atividades domésticas como fazer comida, lavar roupa, lavar louça e cuidar da casa.

De acordo com as práticas produtivas e o relacionamento com o meio rural, os lotes tem tamanhos variados correspondentes de 80 a 100 hectares. Nas relações de trabalho familiar e contratado, a divisão das tarefas é feita entre pai, mãe e filhos quando há alguém que não é da família, mais mora na casa, também participa das atividades da seguinte forma, o pai trabalha na agricultura (roça) diariamente a mãe assume as atividades do lar com frequência e os filhos estudam e ajudam nos trabalhos diariamente quando não vão para a escola. Do total de famílias entrevistadas somente 1% contrata pessoas para atividades externas e se dá de forma de diárias ou empreitas.

O segundo foi guia de estudos do 2º tempo comunidade orientações para a realização da pesquisa de campo nas escolas de educação básica. Em nosso segundo Tempo-Comunidade temos por OBJETIVO PRINCIPAL é conhecer e caracterizar a organização do trabalho pedagógico, o currículo escolar, as condições profissionais dos docentes e a relação escola-SEMED-Movimentos Sociais-Famílias nas escolas de educação básica do campo na Transamazônica e Xingu, buscando refletir criticamente sobre os problemas, as demandas e as mudanças necessárias para aproximar estas escolas do conceito de Educação do Campo (2º Guia de TC/UFGA de 2016).

Estas escolas vêm enfrentando sérios problemas como: falta de merenda escolar, conteúdos didáticos, infraestrutura, professores, transportes, entre outros, porém o que mais está afetando a população escolar em geral nos travessões é a falta da qualidade do processo de ensino e aprendizagem que ocorre nas escolas do campo.

Não se trata de 'inventar' um ideário para a Educação do Campo; isso não repercutiria na realidade concreta. O grande desafio é abstrair das experiências e dos debates, um conjunto de ideias que possam orientar o pensar sobre a prática de educação da classe trabalhadora do campo; e, sobretudo, que possam orientar e projetar outras práticas e políticas de educação. CALDART (2004: p. 16)

As escolas por sua vez, faz seu papel fundamental de receber os educandos, porém como já foi citado, não tem uma estrutura adequada para atender os alunos, mesmo com todo esse transtorno as escolas conseguem fazer um esforço em tentar dar o melhor que tem de conforto para os alunos.

O terceiro foi o guia do 3º tempo comunidade 1ª memória e finalidades dos tempos-comunidade. Realizamos uma investigação acerca das situações de ensino e de aprendizagem nas áreas específicas de Linguagem e de Ciências da Natureza. O foco foram os sujeitos diretamente envolvidos no ensino: os professores/as e os/as alunos/as na relação didática cotidiana onde ambos vivenciam o trabalho pedagógico com o saber nestas áreas específicas, por meio das disciplinas Língua Portuguesa, Artes, Literatura.

O objetivo da investigação neste 3º Tempo Comunidade foi de descortinar e saber como a educação é realizada por meio de situações didáticas na área de Linguagem e como dialogam com o conceito de Educação do Campo e suas diretrizes legais, com as identidades dos sujeitos que constituem os vários modos de vida tradicionais da Transamazônica e Xingu (3º Guia de TC/UFGA de 2016).

Os profissionais da educação atuantes nestas unidades boa parte são formados e capacitados para atuarem em sala de aula, contudo alguns destes deixam a desejar no seu compromisso com a educação e dever com o alunado, prejudicando os alunos no aprendizado e até mesmo sua carreira como profissional, muitas vezes o que está importando para a população não é a capacidade e responsabilidade do profissional, mais sim o diploma que o mesmo tem, muitos desses profissionais chegam até dizer que são formados e por isso tem direito de atuarem na sala de aula, e assim vai a educação por água abaixo, por que realmente eles tem todo direito de estarem em sala de aula, exercendo sua profissão e ganhando seu dinheiro, mais que se faça responsável com a educação dos alunos, com respeito, ética e acima de tudo com honestidade.

Por que não basta ser educador e ter um diploma e não ter nenhuma destes itens acima citados, pois se torna um mal profissional, no entanto se tiver todas essas qualidades e o diploma será com certeza um excelente profissional como muitos que existe em nosso Brasil.

Seguindo a sequência no *guia para o 4º tempo comunidade*, finalizamos uma parte importante do processo de pesquisa acerca do campesinato, das práticas de agricultura/extrativismo, da organização institucional das escolas básicas do campo e do seu trabalho pedagógico na área da Linguagem. Descrevemos, refletimos e problematizamos a realidade em que vivemos em nossas comunidades.

Nesta etapa tivemos o compromisso ético e político de restituir as informações às comunidades lócus de nossas investigações, ou seja, devolvemos aos sujeitos de nossa comunidade e juntos realizamos uma avaliação institucional, bem como recolhemos sugestões para possíveis intervenções pedagógicas a serem realizadas em nossos estágios supervisionados e posteriormente em nossa atuação profissional nas escolas do campo.

A devolução dos resultados obtidos nos três últimos tempos comunidade, através do seminário que aconteceu no dia 26 de junho de 2017 no barracão do Instituto de Pesquisa Ambiental na Amazônia-IPAM, na comunidade Santa Rita de Cássia, este foi realizado por meio de dimensões contendo cada uma a escolha de até dois indicadores principais, na 1ª dimensão Institucional foi escolhido como indicadores a Gestão escolar e participação da comunidade e família na escola, na 2ª dimensão curricular foi escolhido os indicadores Proposta curricular e tempo/calendário escolar, na 3ª e última dimensão foi o Nível didático-pedagógico com os indicadores Material didático e Conteúdos de ensino.

As escolas pesquisadas não tem prédio escolar adequado, os alunos estudam em barracões comunitários de associações semiabertos de uma precariedade inexplicável, abandonado por parte das autoridades, os mesmos são zelados pela população local, que faz a manutenção do espaço para dar um melhor conforto ao educando, porque se forem esperar ajuda das autoridades os espaços ficam cada dia mais pior, muitas das vezes dependendo das estações anuais, os alunos se submetem a pegar chuva e sol, muita das vezes, fazem a paralisação da aula e ficam aglomeradas em um canto da sala até a chuva passar.

A escolas de pesquisa não possuem o PPP, e nem se pensam mesmo depois das entregas dos resultados em mobilizar a comunidade em geral para realizar a elaboração do próprio PPP. O projeto político-pedagógico nomeado na LDB como proposta, representa mais do que um documento é um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos.

O acesso à escola se dá através de transportes escolares “licitados” de má qualidade, pois os alunos perdem mais aula do que assistem a elas, devido ao transporte passar mais tempo quebrado do que funcionando, os alunos muitas das vezes passam semanas sem virem a escola, por este motivo e por morarem muito distante da escola e pelos pais que não tem transporte o suficiente para levar os filhos até a escola.

Tudo isso dificulta o acesso dos alunos na escola e de alguns professores que pegam carona no transporte como os que não tem transporte em casa para se locomover, pois são professores de outras comunidades ou de municípios diferentes e mesmo assim estes tem que fazer de tudo para estar em seu local de trabalho.

Muitos dos educadores segundo as pesquisas são profissionais diplomados, grande parte deles tem nível superior, porém não têm formação adequada para atuar em escolas do campo, como mostra a realidade das escolas de pesquisa de campo, muitos deles não tem a titulação adequada para as séries que atua um exemplo disso é de professores com titulação em geografia trabalhando com inglês ou o de língua portuguesa trabalhando com a disciplina de Geografia na mesma escola, isso é muito comum nas escolas do campo, isso acontece por uma questão política e gestacional das escolas, que por sua vez não lotam cada um em sua devida especificidade de titulação em seu devido cargo. Como estabelece na RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008:

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturas adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. § 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições. § 2º A admissão e a formação inicial e continuada dos professores e do pessoal de magistério de apoio ao trabalho docente deverão considerar sempre a formação pedagógica apropriada à Educação do Campo e às oportunidades de atualização e aperfeiçoamento com os profissionais comprometidos com suas especificidades.

Na maioria das vezes esses educadores não possuem vínculo nenhum com as escolas que lecionam, como já citado, isso ocorre muito, devido as indicações políticas, que de qualquer forma interfere diretamente e indiretamente no ambiente escolar, dificilmente encontra-se nas escolas do campo professores concursados, por conta disso, eles mudam com frequência de escola no mesmo ano letivo, onde as condições de trabalho ofertado a eles, não são favoráveis e que também acaba dificultando o aprendizado dos alunos e no mau desempenho de todo o corpo docente das escolas, esses educadores demonstram que não estão preparados com conhecimentos especializados ou o suficiente sobre educação do campo ou de educação básica para o meio rural.

Os conteúdos ainda não são trabalhados conforme a realidade vivenciada no campo, de acordo com o que diz na Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010 no Art. 35:

Art. 35. Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Os profissionais trabalham nas escolas constantemente sem assistência diretiva ou pedagógica devido à longa distância das escolas polo, estradas intrafegáveis, transportes que não são suficientes para assistir todas as demandas escolares, devido essa falta de assistência os professores, se tornam por boa parte do tempo, diretor professor, pai, secretário, vigia, pedagogos uma equipe diretiva completa em um só educador, com isso muitas ocorrências ruins que acontecem nas escolas, são omitidas, pois assim, não se prejudicam, e continuam sendo vistos pelas pessoas de fora, como bons profissionais, isso induz a omissão de acontecimentos nas escolas como: (agressões entre professor X aluno, falta de respeito em sala, conteúdos inadequados, falta de compromisso de ambas as partes, faltas repentinas, e etc...), que afeta diretamente e principalmente no desempenho dos alunos.

Quando se fala em salas multisseriadas nas escolas do campo, pensa num monstro que iria engolir todos os alunos e professores e isso ocorre por não ter pessoas preparadas para trabalhar e enfrentar as dificuldades e realidade das escolas, muitas escolas não possuem a infraestrutura adequada, alunos o suficiente para a divisão das turmas e quando há, as autoridades dificultam essa separação para evitar a contratação de um novo professor e assim diminuir os gastos para a secretaria, e quem são prejudicados nessa história são os alunos por não cumprirem a grade de conteúdo a serem passados a eles, devido não terem que dividir com a outra série na mesma sala, no qual muitos alunos se sentem pressionados, se confundem, uns prestam atenção no assunto do outro e vice e versa, este é fator que evidencia a qualidade do ensino nas escolas do campo, baseado nas realidades vivenciadas, fazendo com que o desempenho dos alunos sejam colocados abaixo da média de aprendizado.

As escolas multisseriadas que têm se multiplicado no cenário campesino e funcionam, na maioria das unidades, como simples junção de anos escolares no mesmo espaço, não poderia continuar invisibilizada no PNE. Dados do censo escolar de 2016 apontam a unidocência em 7,2% das escolas brasileiras todas relacionadas ao meio rural (INEP, 2017).

Isso demonstra que a multissérie continua sendo um desafio. Compreende-se que o não enfrentamento desse cenário, tão representativo da realidade da educação do campo, pode comprometer a garantia do direito educacional e da qualidade da educação.

A necessidade de analisar uma proposta de adequação dos conteúdos de ensino para realidade vivenciada nas escolas do campo é fundamental para o melhoramento do ensino e aprendizagem dos alunos, pois os conteúdos ministrados pelos docentes ao longo do ano não guardam relação nenhuma com o contexto social e econômico da comunidade escolar como relata nas diretrizes curriculares nacionais da educação básica.

A meta seria que os conteúdos fossem adequados com a realidade e necessidades dos alunos, que evidentemente estes seriam bem mais privilegiados em relação ao ensino e a qualidade do ensino, as melhorias seriam bem mais visíveis se trabalhados corretamente como ordena as legislações.

No 5º, 6º, 7º e 8º estágios de observação e docência ocorreram a realização dos estágios nas escolas do campo e aqui apresento as reflexões dos momentos de observação, onde notamos de maneira mais nítida a dinâmica da turma, as características comportamentais e de aprendizados dos alunos, tendo em vista que a aproximação com os docentes já vem sendo realizada nos Tempos Comunidade I, II, III, IV. Participamos de reuniões da escola e convivemos no ambiente escolar percebendo e adaptando-nos às relações sociais que se estabeleciam diariamente.

Em consonância com tudo que vivemos no estágio docente, apresentamos as nossas propostas de projeto didático à escola campo de estágio e durante as trinta horas de regência assumimos a condução pedagógica da turma de educação básica escolhida, executando na prática o projeto Didático construído no Tempo Universidade. (5º, 6º, 7º E 8º Guia de TC/UFPA de 2017, 2018 E 2019).

Durante os estágios percebemos que os alunos dessas escolas têm muitas dificuldades no que diz respeito a interpretação e produção textual, com isso foi realizado trabalhos que pudessem priorizar a leitura e a escrita dos alunos na escola, de uma forma prazerosa, para que se alcance melhores resultados envolvendo as turmas nos estágios do ensino fundamental e médio. Trabalhar a leitura e escrita, relacionando os fatos e as opiniões da realidade vivenciada pelos alunos com os conteúdos do currículo escolar. Filhos de agricultores que tem suas rendas baseadas na produção de farinha, criação de gado, plantação de árvores frutíferas, criações de pequenos animais e outros.

Dando prioridades aos gêneros textuais conto psicológico e conto de terror por estarem presente em livros didáticos e na vida cotidiana dos alunos. Para que estes projetos fossem desenvolvidos contamos com a colaboração dos professores, da equipe diretiva e de todo corpo escolar.

Selecionando informações significativas relacionadas com a vida de cada um que necessitem ser armazenadas e que futuramente servirão de apoio para futuros eventos na escola e comunidade ou em atividades escolares e extraescolares; motivando a autonomia e a criatividade dos alunos no que diz respeito a leitura e a produção textual. Oferecendo a oportunidade de construir seu próprio conhecimento a partir da história de sua comunidade.

Sobre as metas que foram possíveis alcançar, é importante destacar que os alunos conseguiram produzir e diferenciar diferentes gêneros textuais, em uma aprendizagem divertida, considerando sempre a historicidade familiar e a cultura do local. Almejando que os mesmos realizassem leituras por vontade própria, compreendendo o que se lê e interpretando o texto lido. E com a prática da escrita, os alunos superaram as dificuldades em expressar suas ideias e escrever corretamente segundo as regras gramaticais da língua.

Proporcionando uma relação crítica nos alunos quanto aos meios de comunicação e ampliado o conhecimento dos alunos sobre os gêneros textuais. Promovendo a aprendizagem e a diversão durante o processo didático. Contribuímos significativamente para o desenvolvimento das competências de leitura e escrita de forma motivadora, interativa e dialógica com os alunos. Produzimos panfletos, cartazes, folders e convites que ajudaram na leitura escrita dos alunos.

Os relatos acima citados, aconteceu durante o período de regência, os alunos devido saírem do tradicionalismo conseguiam alcançar essas metas, que enquanto estávamos colocando em prática o deveria acontecer como diz nos artigos, nas leis de diretrizes e base da educação do campo, estava acontecendo, por que o curso de educação do campo nos capacitou de forma adequada para se trabalhar as necessidades que os alunos do campo precisam, de forma consciente, prazerosa, responsável e adequando sempre que possível os conteúdos com as realidades sofridas no campo, nunca menosprezando a cultura camponesa, mais sim mostrando o valor escondido pela própria população, revelando os valores que o campo têm a oferecer a comunidade em geral, motivando sempre os alunos que o campo é sim um lugar bom de se viver e estudar com ensino de qualidade.

Porém os poderes públicos tende a obrigar os professores do campo sem formação adequada para se trabalhar educação do campo no campo, a se capacitarem pois o que está acontecendo nas escolas do campo e que não temos profissionais e nem suporte adequado e acabam sempre caindo na educação tradicional, arcaica e urbana deixando de lado a educação camponesa no meio rural e trabalhando educação urbana no campo. Deixando de lado os valores locais, tradições, a relação com o campo e principalmente fazendo a desvalorização do lugar, deixando inserir nos alunos que a cidade sempre vai ser um lugar melhor que o campo.

Fernandes & Molina, (2005) defendem o campo como espaço de particularidades e matrizes culturais. Esse campo é repleto de possibilidades políticas, formação crítica, resistência, mística, identidades, histórias e produção das condições de existência social. Cabe, portanto, à educação do campo, o papel de fomentar reflexões que acumulem forças e produção de saberes que contribuam para negar e desconstruir o imaginário coletivo acerca da visão hierárquica que há entre campo e cidade. Essas ações podem ajudar na superação da visão tradicional do imaginário social do jeca-tatu e do campo como espaço atrasado e pouco desenvolvidos.

A qualidade do ensino, em uma comunidade escolar não é tão simples como parece, isso ocorre por que muitos indivíduos não acreditam na coletividade e estão apenas preocupados em defender os seus próprios interesses e os de seus familiares, mal sabem elas que a vida em comunidade escolar é muito importante e necessária tanto para um bom convívio, quanto para o melhoramento no aprendizado dos alunos e demais funcionários. A qualidade do ensino se dá também por uma série de fatores positivos e negativos.

Dessa forma, não dá para olhar as escolas do campo e fazer um apontamento de um só problema que evidencia a qualidade do ensino, por que na verdade são uma série de fatores que contribuem em prejudicar a qualidade do ensino nas escolas do campo, fatores estes que estão passando despercebidos ou sendo atropelados pelos poderes públicos competentes, pelos pais e comunidade em geral, que não tomam nenhuma iniciativa em reivindicar os direitos dos filhos em melhoria por uma boa educação, citados alguns como os que mostra na tabela a seguir. As notas serão avaliadas de acordo com o que interfere diretamente e indiretamente na educação dos alunos, onde 10 seria muito ruim, de 5 a 9 ruim, 0 a 4 relevante.

Fatores	Notas
Insuficiência e precariedade das instalações físicas das escolas;	9
Dificuldade de acesso dos professores e alunos na escola, em razão	3

da falta de um sistema adequado de transporte escolar;	
Falta de professores habilitados e efetivo, o que provoca a troca constante destes professores;	7
Falta de conhecimento especializado sobre educação básica para o meio rural, com currículos inadequados para a realidade vivenciada no campo;	9
Falta de supervisão escolar e assistência pedagógica;	4
Baixa qualidade no ensino dos alunos de salas multisseriadas;	6
Necessidade de uma análise de adequação no conteúdo de ensino, adequando às necessidades vivenciadas no meio Rural;	9

Os Estágios supervisionados estão alicerçados nas leis de diretrizes curriculares nacionais da educação básica, são atividades e normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Que devem ser seguidas por uma educação e ensino de qualidade, pois não adianta termos um conjunto de doutrinas e regras diferentes, cada um em sua especificidade e não serem colocadas em práticas, por isso devem ser cobradas políticas públicas com mais rigorosidade para que se façam cumprir as leis que foram aprovadas e assim melhorar visivelmente o ensino nas escolas do campo.

Assim como defende os autores Arroyo, Caldart e Molina (2004) que nesse sentido, esclarecem que a escolaridade rural deve ter como objetivo principal proporcionar conhecimentos, cidadania e continuidade cultural. Que escola, ao ser levada ao campo, depara-se com as mais diversificadas formas de processos produtivos, culturas heterogêneas, sujeitos diferenciados, com valores e aspirações próprias. Para Leite (1999):

A função primordial da escola é ensinar, transmitir valores e traços da história e da cultura de uma sociedade. A função da escola é permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações de realidade, sem, contudo, perder aquilo que lhe é próprio, aquilo que lhe é identificador. (LEITE, 1999, p. 99).

Mais do que desconstruir desmaterializar essa ideia, é preciso conscientizar, humanizar e legitimar que o campo não é um lugar ruim, mais que com uma boa visão do mundo, podemos motivar para que valorizem e respeitem suas tradições, e que seu lugar de vivência é a sua identidade, para que não percam suas culturas locais e passem a valorizar o campo, e construir uma visão que o campo tem suas potencialidades.

Dessa forma se concretizar e se desconstruir as ideias que o campo é um lugar ruim, pode criar as condições materiais para se efetivar uma educação de qualidade para a população camponesa.

4 Considerações Finais

Quando me decidir a desenvolver este trabalho de conclusão de curso sobre A Qualidade Do Ensino Nas Escolas do Campo: O Que Revelam Os Estágios Supervisionados, não tinha certeza se era isso mesmo que eu queria desenvolver, mas tinha muita vontade de relatar como tudo começou. Este trabalho mostra as realidades das escolas do campo, com um olhar crítico sobre os espaços físicos, descasos públicos, compromisso dos educadores e proposta pedagógica. O objetivo central deste estudo foi relatar o descaso da qualidade do ensino nas escolas do campo e os avanços que tiveram durante os tempos comunidades. Para mim teve um significado enriquecedor o desenvolvimento deste trabalho, pois me proporcionou um conhecimento maior sobre as realidades já vivenciadas, não só das lutas por melhoria na educação, mas também das lutas por grandes objetivos a serem alcançados para a comunidade. A qualidade do ensino nas escolas do campos não é um problema a ser enfrentado por todos, mais sim um problema a ser consientizado que ocorre e que precisa se fazer algo para melhorar, capacitandos os educadores, palestrando com alunos e pais, apresentar incentivos para que todos desenvolvam um bom trabalho, por que a escola não é apenas local de ensinar, é lugar onde há representação efetiva do Estado no seu papel de garantir direitos a todos os cidadãos. As escolas do campo precisam olhar em sua volta, valorizar seus saberes, os sujeitos, aprendendo a construir no seu dia a dia valores locais. A união entre todos precisa se integrar mais para implementar medidas necessárias, e principalmente procurar construir estratégias que sejam capazes de considerar as especificidades das realidades vivenciadas no campo como: trabalhar os ciclos agrícolas, as formas de trabalho, tipos de plantação, tentar fazer uma unificação da realidade local com os conteúdos ministrados nas escolas. Garantindo o direito à educação de qualidade para os alunos do campo, acreditando nas suas capacidades enquanto moradores do campo, para ajudar na construção de uma sociedade mais justa.

Referências Bibliográficas

PARENTE, C. da M. D. **Escolas multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 57–88, mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação**

Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. *Câmara Nacional de Educação Básica*. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: Mec, Seb, Dicei, 2013, 562p.

CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel Gonzáles; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Da escola rural de emergência à escola de ação comunitária**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (org.) *Da Escola Carente à Escola Possível*. São Paulo, Sp: Editora Loyola, 6º edição, março de 2003.

FERNANDES, A. da S. J.; BORGES, M. N. **Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades**. Disponível em:

<file:///C:/Users/Marlison/Downloads/POR%20UMA%20EDUCAO%20DO%20CAMPO%20-%20percursos%20histicos%20e%20possibilidades%20%20Astrogildo%20F.%20da%20Silva%20Jnior%20e%20Mrrio%20Borg.pdf>. Acessado em: 03 de junho de 2019

PAGES. G, M,; **EDUCAÇÃO DO CAMPO: Problemas, desafios e perspectivas**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/educacao-do-campo-problemas-desafios-e-perspectivas/63665/>. Acessado em: 22 de maio de 2019

DIAS. M, do S, P.; **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas.shtml>. Acessado em: 02 de junho de 2019

BICALHO. R, S.; **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O protagonismo dos movimentos sociais**. Disponível em: <file:///C:/Users/Marlison/Downloads/24758-105852-1-PB.pdf>. Acessado em: 02 de junho de 2019

LENZI. T.; **Políticas públicas na educação: quais são e quem faz?** Disponível em: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/>. Acessado em: 02 de junho de 2019